

Brasil moderno — V

14 JUN 1993

ARNALDO LACOMBE

Iniciei nesta página a publicação de textos de análise subordinados ao título genérico **O Brasil moderno**. Minha intenção era começar a examinar a dívida social, representada pelas carências na Habitação, na

Educação e na Saúde, que abordei inicialmente pelo aspecto da necessidade de desenvolver uma sólida indústria farmacêutica, com a adesão do País à legislação sobre patentes existente em toda a parte. Mas o quadro da Medicina está mudando tão para pior (e tão depressa) que fica difícil avaliá-lo devidamente. O que se registra hoje já não será o que se assinalará amanhã, e os problemas reinantes só se agravam. A municipalização do atendimento demora, as greves flagelam a população que depende dos servidores estaduais e da Previdência federal.

Infelizmente, o Brasil moderno não precisa só da implantação de um bom Sistema de Saúde. O Brasil que aí está, a afastar-se daquele a que o povo tem direito, se transformou em carniça de muitas corporações que o exploram a seu bel-prazer. É o Brasil a que se impõe, por obra do desgoverno organizado, há muito, a inflação mais aguda e simultaneamente mais longa da História. É o Brasil das todopoderosas estatais, que se negam a esclarescer ao presidente da República quanto gastam com seus funcionários. É o Brasil da desastrosa experiência da Constituição de 1988, com seus imensos vícios, benefícios indevidos e favorecimentos caríssimos.

Como encontrar um governante que compreenda ser seu dever primordial restabelecer a majestade da autoridade, simplesmente cumprindo a lei e exigindo o cumprimento dela, apoiado em sua competência pessoal e em seus ministros, recrutados entre os melhores e os mais capazes? Não existem sequer partidos políticos dignos desse nome. Legendas de aluguel têm seus mecanismos internos próprios, que a opinião pública não influencia; e escolhem ao sabor das conveniências de pequenos grupos nomes de candidatos que são oferecidos aos que votam. No final, escolhe-se o menos ruim.

É insensato o presidencialismo que se pratica aqui, com *n* agremiações políticas providas de cadeiras na Câmara dos Deputados, em cujo plenário se acomodam representantes de 20 siglas. Outras oito têm registro provisório. Há mais quatro em gestação. É uma troca.

A *Constituição dos miseráveis* dividiu o poder entre Executivo e Legislativo e faz com que o Planalto dependa do fisiologismo de uma maioria parlamentar para obter as medidas imprescindíveis a enfrentar com êxito as muitas crises nacionais. É claro que essa maioria tem como prioritário o retorno a Brasília. Como haverá de encarar as solicitações do ministro da Fazenda para ajustar as contas internas mediante o corte de verbas orçamentárias que, para muitos, significará o sacrifício de feudos eleitorais preciosos? A dívida dos Estados com a União corresponde a cerca da meta-



ESTADO DE SÃO PAULO

de da dívida externa: orça pelos US\$ 58 bilhões. A União repassa dinheiro aos Estados. O equilíbrio mencionado exigiria repasse muito menor. Os governadores, com raríssimas exceções, se rebelarão. Devem ter dinheiro na mão para eleger os sucessores. Rebelados, orientarão suas bancadas na Câmara para atazanar o ministro Fernando Henrique Cardoso. É de esperar que o ajuste da contabilidade da União fique para depois do pleito de 1994... Mas o Erário está desfalcado. E dessa circunstância resulta a impossibilidade de combater com vantagem a inflação, o grande inimigo do País, o algoz número um do povo. Trata-se de um Erário que apenas preserva recursos para pagar o funcionalismo, numeroso, oneroso. O que sobra é desviado para amortização e pagamento de juros do déficit público, que, se não é desmedido com relação ao PIB, é mal rolado. Uma Babel.

Não será esta a hora de descrever e desanimar, mas de encontrar uma receita certa para a construção de um país melhor, adaptado a seu destino maior. A receita para erguer o Brasil moderno passa hoje pelo aproveitamento de recursos naturais valiosíssimos. Só os minerais, abrigados no subsolo da Amazônia, se estimam em US\$ 4 trilhões, quantia com que se compraria o ingresso do Brasil no Primeiro Mundo. Passa pela reformulação da economia, para que seja desestatizada e se observem as leis do mercado, consagrada a liberdade de empreender. Mas a desvalorização monetária é problema cujas raízes se situam na desordem política. O Brasil moderno passa pelo reordenamento jurídico do Estado, pela reforma eleitoral e partidária e pela valorização do Executivo, já que ocorreu a opção popular pelo presidencialismo. O Brasil moderno carece de integração na comunidade internacional. O Brasil moderno passa pela reforma da Educação e da Saúde, pelo resgate da dívida social. O desenvolvimento econômico há de ter como finalidade outro desenvolvimento, o social.

Se o País tivesse continuado a crescer às taxas dos anos 70, estaria hoje, em nível de desenvolvimento econômico, à frente da Espanha, sabido que esta pleiteia ocupar o lugar do Canadá no *Grupo dos Sete*. Não é deplorável que a década perdida dos 80 se esteja projetando sobre esta década e o País, que é dos mais viáveis do mundo, veja aprofundar-se, cada dia mais, o *gap* que o afasta das nações industrializadas?

A tarefa da revisão constitucional que se avizinha é hercúlea, sobretudo por causa da desordem instalada? Pois é esta a hora de enfrentar o desafio, iniciá-la e levá-la a fim com patriotismo. É impossível escolher um bom candidato, nas urnas de 1994, confiando-lhe a chefia do Executivo? Claro que não. Resta identificá-lo e sufragá-lo.

A sociedade e a comunicação de massa se reserva o desempenho satisfatório dessa missão. Desde que se dêem as mãos, elas alcançarão os objetivos mais altos a que visam. Se se separarem, se não marcharem passo a passo, lado a lado, estará desperdiçada a melhor e a mais próxima (sem que se saiba quando surgirá outra) oportunidade de construir, sem mais delongas, o Brasil moderno.

■ Arnaldo Lacombe é editoralista do Estado